

SUMÁRIO

I. A EXTINÇÃO PARCIAL DO VÍNCULO SOCIETÁRIO NAS SOCIEDADES LIMITADAS	19
II. HIPÓTESES DE EXTINÇÃO PARCIAL DO VÍNCULO SOCIETÁRIO	29
a) O direito de retirada ou de recesso do sócio.....	33
(i) O direito de retirada na sociedade simples	33
(i.1) O direito de retirada na sociedade simples constituída por prazo indeterminado.....	34
(i.2) O direito de retirada na sociedade simples constituída por prazo determinado.....	37
(ii) O direito de recesso na sociedade limitada.....	40
(iii) A compatibilidade das normas que regem o direito de retirada na sociedade simples e o direito de recesso na sociedade limitada	44
(iv) O exercício do direito de retirada na sociedade simples.....	49
(v) O exercício do direito de recesso na sociedade limitada.....	50
(vi) A perda da condição de sócio.....	54
b) A exclusão do sócio.....	55
(i) Considerações introdutórias	55
(ii) Teorias acerca do fundamento da exclusão.....	55
(i.1) Teoria da disciplina taxativa legal.....	56
(i.2) Teoria do poder corporativo disciplinar.....	57
(i.3) Teoria contratualista.....	58
(iii) Modos e formas de exclusão	60
(i.1) A exclusão extrajudicial.....	61

(i.1.1)	A exclusão do sócio remisso.....	61
(i.1.1.1)	O procedimento.....	64
(i.1.1.2)	O Poder Judiciário e o exame do mérito da deliberação.....	65
(i.1.2)	A exclusão do sócio que estiver pondo em risco a continuidade da empresa por atos de inegável gravidade.....	67
(i.1.2.1)	O quórum de aprovação.....	69
(i.1.2.2)	A previsão da justa causa.....	72
(i.1.2.3)	Ato de inegável gravidade.....	74
(i.1.2.4)	A reunião ou a assembleia.....	75
(i.2)	A exclusão judicial.....	78
(i.2.1)	A exclusão por motivo grave.....	78
(i.2.2)	A possibilidade de exclusão do majoritário.....	79
(i.2.3)	A exclusão na sociedade composta por apenas dois sócios.....	80
(i.2.4)	A validade da cláusula que veda a exclusão.....	80
(i.2.5)	A gravidade do comportamento do sócio.....	81
(i.2.6)	O procedimento do conclave e a propositura da ação pela sociedade.....	83
(i.3)	A exclusão por incapacidade superveniente.....	85
(i.4)	Hipóteses contratuais.....	88
(i.5)	A eficácia da exclusão.....	89
c)	A morte de sócio.....	91
(i)	Consequências do falecimento do sócio.....	93
(i.1)	A liquidação das quotas do falecido.....	94
(i.2)	A transferência das quotas aos herdeiros e sucessores.....	94
(i.3)	A dissolução total da sociedade.....	96
(ii)	O reembolso aos sucessores do valor relativo às quotas pertencentes ao sócio falecido.....	97
(iii)	A situação do ex-cônjuge ou ex-companheiro diante da previsão do artigo 1.027 do Código Civil.....	98

(iv)	Os direitos dos sucessores no interregno que mediar entre o falecimento do autor da herança e o recebimento dos haveres	102
d)	O divórcio ou a dissolução da união estável de sócio	105
III.	A AÇÃO DE APURAÇÃO DE HAVERES	111
a)	Foro Competente	115
(i)	Decorrente de retirada	115
(ii)	Decorrente de exclusão de sócio	116
(iii)	Decorrente de morte de sócio	116
(iv)	Decorrente do término de casamento ou de união estável	118
b)	Condições da Ação	119
(i)	A legitimidade <i>ad causam</i>	119
(i.1)	A legitimidade ativa	120
(i.1.1)	A legitimidade ativa diante da retirada do sócio	120
(i.1.2)	A legitimidade ativa para a exclusão do sócio	122
(i.1.3)	A legitimidade ativa diante da morte do sócio	126
(i.1.4)	A legitimidade ativa do ex-cônjuge ou ex-companheiro diante do divórcio ou da dissolução da união estável	129
(i.2)	A legitimidade passiva	137
(i.2.1)	Ações que objetivem a resolução do vínculo societário	137
(i.2.2)	Ação de apuração de haveres	138
(ii)	O interesse de agir	144
(ii.1)	Generalidades	144
(ii.2)	A titularidade do interesse de agir	146
(ii.2.1)	O interesse de agir do sócio que se retirou da sociedade	146
(ii.2.2)	O interesse de agir do sócio que foi excluído da sociedade	147

	(ii.2.3)	O interesse de agir dos herdeiros do sócio falecido	148
	(ii.2.4)	O interesse de agir do ex-cônjuge ou do ex-companheiro de sócio	149
c)		O pedido	152
d)		Valor da Causa.....	156
e)		Tutelas Provisórias.....	158
	(i)	As Tutelas de Urgência de natureza cautelar	161
	(i.1)	O arrolamento de bens.....	161
	(i.2)	O sequestro.....	166
	(i.3)	A averbação da existência da ação nas matrículas dos imóveis que integram o ativo da sociedade	167
	(i.4)	O protesto contra alienação de bens.....	169
	(i.5)	O afastamento de administrador ou de sócio	170
	(i.6)	A nomeação de interventor.....	171
	(i.7)	A manutenção de plano de saúde.....	177
	(i.8)	A averbação da ação na Junta Comercial.....	178
	(i.9)	A indisponibilidade de bens ou direitos da sociedade	179
	(i.10)	A proibição de alienação ou oneração de bens integrantes do ativo	179
	(i.11)	A vedação de alteração do contrato social	180
	(i.12)	Depósito judicial dos lucros distribuídos na pendência da ação.....	181
	(ii)	As tutelas de urgência de natureza antecipatória	182
	(ii.1)	O pagamento de pró-labore.....	182
	(ii.2)	Adiantamento de valor mensal para abatimento futuro	184
	(ii.3)	O pagamento do valor incontroverso dos haveres.....	185
f)		A resposta	190
	(i)	A contestação.....	190
	(ii)	A reconvenção.....	192

g)	A Perícia Judicial	197
(i)	Momento da perícia	198
(ii)	A data base a ser considerada pela perícia	202
(ii.1)	Na retirada imotivada.....	202
(ii.2)	No recesso.....	203
(ii.3)	Na retirada por justa causa de sociedade simples por prazo determinado ou exclusão judicial	205
(ii.4)	Na exclusão.....	205
(ii.5)	No falecimento de sócio	206
(ii.6)	No término do casamento ou da união estável	207
(iii)	Critérios de apuração e momento para a sua fixação.....	208
(iii.1)	Previsão no contrato social	208
(iii.2)	Omissão do contrato social	210
(iv)	A revisão da data-base e dos critérios de apuração.....	213
(v)	O(s) Perito(s).....	214
(vi)	O(s) assistente(s) técnico(s).....	220
(vii)	Os quesitos.....	221
(viii)	A avaliação do patrimônio líquido	227
(viii.1)	O ativo	228
(viii.1.1)	O fundo de comércio: bens tangíveis e intangíveis.....	228
(viii.1.2)	<i>Goodwill</i>	233
(viii.1.3)	Os bens intangíveis e o <i>goodwill</i> nas sociedades profissionais e nas sociedades advocatícias.....	249
(viii.1.3.1)	Nas sociedades profissionais.....	249
(viii.1.3.2)	Nas sociedades advocatícias.....	252
(viii.1.4)	A inclusão das reservas	262
(viii.1.5)	A inclusão dos lucros ou dividendos e juros sobre capital próprio.....	265
(viii.1.6)	A avaliação do ativo	266
(viii.2)	O passivo.....	269

(ix)	Métodos para a apuração do patrimônio líquido.....	270
(ix.1)	Valor de reposição.....	271
(ix.2)	Método comparativo	272
(ix.3)	Fluxo de caixa descontado	272
(ix.4)	<i>Economic Value Added</i> (EVA).....	282
(ix.5)	Múltiplos de EBTIDA.....	282
(ix.6)	Fluxo de caixa livre para a empresa (<i>Free Cash Flow for Firm – FCFE</i>).....	285
(ix.7)	Outros métodos menos usados	286
(ix.7.1)	Método de capitalização de lucros.....	286
(ix.7.2)	Método de múltiplos de faturamento	286
(ix.8)	Métodos para avaliação das <i>startups</i>	286
(x)	Métodos para avaliação do <i>Goodwill</i>	287
(x.1)	Método de Lawrence R. Dicksee	287
(x.2)	Método de Nova Iorque.....	288
(x.3)	Método de Hatfield	288
(x.4)	Método do valor atual dos superlucros (Percy D. Leake).....	288
(x.5)	Método de Ornelas	289
h)	A sentença.....	291
(i)	Na ação de Dissolução Parcial.....	291
(ii)	Na ação de apuração de haveres	295
i)	Ônus decorrentes da sucumbência.....	297
(i)	Verba honorária	297
(i.1)	Ação de dissolução parcial de sociedade visando à resolução parcial da sociedade e à apuração de haveres.....	297
(i.2)	Ação de dissolução parcial de sociedade visando à resolução parcial da sociedade.....	301
(i.3)	Ação de dissolução parcial de sociedade visando à apuração de haveres.....	302

(ii)	As custas e demais despesas do processo	302
j)	O cômputo dos juros e da correção monetária.....	303
(i)	O cômputo dos juros.....	303
(ii)	A correção monetária.....	307
k)	Os recursos.....	311
(i)	Ação de dissolução parcial	311
(ii)	Ação de apuração de haveres.....	312
(iii)	O agravo de instrumento nas ações de dissolução parcial e apuração de haveres.....	312
l)	O cumprimento da sentença	314
m)	A disciplina do pagamento	316
(i)	A responsabilidade pelo pagamento	316
(ii)	As formas de pagamento.....	318
(iii)	O momento do pagamento.....	321
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		325